TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Flávio tem razão: nos EUA, Brazil é mesmo com Z

Atenção: pode ter sido uma pegadinha essa carta do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ex-candidato ao Palácio do Planalto. A primeira versão do documento que distribuiu nesta quarta-feira, 28, veio com um selo antigo do Brasão da República em que o país é chamado de "Estados Unidos do Brazil".

A pegadinha seria chamar a atenção para a falta que os bolsonaristas acreditam que faz, no currículo atual das escolas, o ensino de matérias como Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

As disciplinas foram incluídas nos currículos escolares em 1969 – durante a ditadura militar que ele tanto defende – com o objetivo de alinhar a educação aos "bons costumes", às leis e às instituições do Estado. Sobretudo a disciplina Moral e Cívica era voltada para o ensino fundamental. Focava no culto aos símbolos nacionais, como o Brasão da República. Com a redemocratização do país, essas matérias foram retiradas do ensino público.

Também pode ter um outro recado no texto. Os mais antigos sabem que um dia o país foi chamado de Estados Unidos do Brasil. Quem sabe, Flávio não estava querendo lembrar isto aos que viram sua carta? Quem sabe ele não está querendo que voltemos a nos chamar assim, "Estado Unidos". Afinal, tem tudo a ver lembrar disso neste momento em que ele está lá na pátria de seu ídolo, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump.

Por aqui, a nomenclatura Estados Unidos do Brasil foi adotada na Proclamação da República e oficializada na Constituição de 1891. Curiosamente, foi extinta também no período do regime militar, com a Constituição de 1967, quando passamos a nos chamar de República Federativa do Brasil.

Um outro detalhe curioso da primeira versão da carta de Flávio Bolsonaro: a "República Federativa do Brazil" estava escrita assim mesmo, com "Z", como nosso país é chamado na língua pátria de Donald Trump. O problema é que aí fica mal para quem foi candidato a presidente. Lembra aquela música que Elis Regina cantava: "O Brazil não conhece o Brasil." Um candidato tem que conhecer o país que pretende dirigir.

Uma segunda versão da carta foi distribuída, sem o "Brazil" com Z e com a nomenclatura atualizada de "República Federativa do Brasil". Mas teve uma terceira versão revisada do documento na qual ele apagou o trecho em que se dizia "o verdadeiro presidente eleito do Brasil". Substituiu por "o líder do Brasil"

Foi interpretado como uma forma de dizer que pretende continuar liderando a oposição ao governo de olho nas próximas eleições presidenciais. Estaria apontando as baterias para seus próprios aliados no campo da direita. Especialmente o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que já fala como um possível candidato a presidente da República em 2030.

Tarcísio sentiu o golpe e respondeu à carta de Flávio como um estadista: "A eleição acabou e agora é preciso olhar para a frente. Entendo o sentimento de Flávio, entendo sua indignação e sua revolta, e esse sentimento é o de muitos brasileiros também. Mas o caminho é respeitar o resultado das urnas e seguir em frente."

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Flávio: Napoleão de hospício

A carta divulgada por Flávio Bolsonaro (PL), que fugiu para os Estados Unidos com o objetivo de escapar da Justiça, tira qualquer eventual dúvida sobre suas atitudes golpistas, perigosas, irresponsáveis, impatrióticas e, mesmo, insanas.

Candidato derrotado à Presidência da República por 4.430.191 votos, o senador age como um Napoleão de hospício que, de chapéu bicórnio comprado em loja de artigos carnavalescos e montado em um cabo de vassoura, acha-se na sela de Marengo, célebre cavalo do imperador francês. Na versão inicial da carta, declarou-se "verdadeiro presidente eleito do Brasil", expressão depois substituída por "líder do Brasil".

Investigado em dois inquéritos por suspeita de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e organização criminosa, Flávio acrescentou mais uma acusação contra si, a de praticar atentado à soberania nacional, crime previsto pelo artigo 359-I do Código Penal.

O derrotado tenta reeditar, agora como farsa, a tragédia deflagrada por seu pai ao tentar um golpe de Estado para permanecer de maneira ilegítima no poder. Assim como todas as outras eleições brasileiras realizadas depois da ditadura — inclusive a de 2018, vencida por Jair Bolsonaro —, a de 2026 foi transparente, livre e democrática.

A lisura do pleito foi reconhecida pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Kassio Nunes Marques, que chegou ao Supremo Tribunal Federal pelas mãos de Jair Bolsonaro.

Ao mentir, Flávio trai a pátria, estimula conflitos entre brasileiros, prega o caos, atiça situações capazes de gerar desatinos como a intentona de 8 de janeiro de 2023 e mortes (segundo o governo federal, dez pessoas foram assassinadas por comemorarem a reeleição do presidente Lula).

Age motivado por frustração, inconformismo com os fatos e necessidade de provocar o ódio, sentimento que rege o bolsonarismo, movimento incapaz de conviver com a paz, que precisa do confronto, da briga, do desespero, da criação de uma luta de um suposto bem contra um denominado mal.

A carta, de tão alucinada — trazia, em sua primeira versão, um brasão da República com o nome do Brasil escrito de maneira desatualizada —, sequer mereceria ser levada em consideração se não fosse assinada por um senador e ex-candidato à Presidência. De seu conteúdo, salva-se apenas o trecho que prega a necessidade de acabar com "essa sandice".

Flávio insiste em atribuir sua derrota à decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, que, diante da apatia de Nunes Marques, prorrogou por duas horas o horário de votação — medida solicitada pelo PT e pelo próprio PL. Não custa repetir: apenas 34.393 pessoas votaram depois das 17h, número que sequer arranha a diferença entre os candidatos.

O derrotado também cita abuso de poder da chapa vencedora. Lula, às vésperas da eleição, adotou medidas capazes de gerar simpatia por sua candidatura; fez como Jair em 2022. Flávio teria todo o direito de tentar fazer valer seu argumento, bastaria recorrer à Justiça Eleitoral.

Com sua carta, o ex-candidato do PL se torna responsável pelo eventual agravamento das tensões no país. Seus aliados, inclusive os que posam de moderados, serão cúmplices de qualquer tragédia que venha a ocorrer em confrontos entre brasileiros e que sejam motivados por divergências políticas.

EDITORIAL

Partidos árabes decidirão as eleições de Israel

A formação de uma coalizão de governo em Israel pode depender de um paradoxo político: os partidos árabes, historicamente marginalizados nas disputas pelo poder, podem se tornar decisivos para definir quem governará o país. Em um Parlamento fragmentado, no qual os blocos rivais enfrentam dificuldades para reunir a maioria necessária, esses partidos deixam de ser apenas representantes de uma minoria para assumir o papel de fiéis da balança.

A política israelense é marcada por uma combinação de divisões ideológicas, disputas religiosas e tensões nacionais. Os partidos árabes representam uma parcela importante da população do país, mas sua participação em coalizões governistas sempre encontrou resistência, sobretudo entre setores da direita e da extrema direita. O conflito com os palestinos, as diferenças sobre segurança e as desigualdades entre cidadãos judeus e árabes tornam essa aproximação politicamente delicada.

Ainda assim, a matemática parlamentar pode se impor às barreiras ideológicas. Quando nenhum bloco consegue alcançar sozinho a maioria, cada cadeira passa a ter um peso extraordinário. Nesse cenário, o apoio de legendas árabes, seja por meio da participação direta no governo, seja pela sustentação externa de uma coalizão, pode representar a diferença entre a vitória e o fracasso de uma negociação.

Essa possibilidade também revela os limites do sistema político israelense. A necessidade de construir alianças com partidos de diferentes orientações é uma característica do parlamentarismo, mas a resistência em reconhecer os representantes árabes como interlocutores legítimos evidencia contradições de uma democracia que precisa conciliar sua identidade judaica com a igualdade política de todos os seus cidadãos.

Para os partidos árabes, a eventual posição de força traz oportunidades e riscos. O poder de negociação pode abrir espaço para avanços em áreas como educação, saúde, habitação, segurança pública e combate à discriminação. Por outro lado, apoiar um governo sem garantias concretas de mudanças pode provocar desgaste entre seus eleitores e aprofundar divergências internas.

O desafio, portanto, não é apenas decidir quem ocupará o gabinete do primeiro-ministro, mas estabelecer quais compromissos serão assumidos e cumpridos. Uma coalizão construída exclusivamente para impedir a ascensão do adversário terá pouca estabilidade se não apresentar um programa minimamente consistente.

Se os partidos árabes se tornarem decisivos, Israel terá a oportunidade de transformar uma necessidade aritmética em um avanço democrático. O reconhecimento de que nenhuma parcela da sociedade deve ser excluída antecipadamente das negociações de poder seria um sinal relevante. Mais do que determinar o vencedor de uma disputa parlamentar, esses partidos poderão ajudar a definir os limites da representação política e a qualidade da democracia israelense.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal